FOGO AMIGO

ESTUDOS MOSTRAM QUE A PRÁTICA INDÍGENA DE QUEIMAR GRANDES ÁREAS DE CERRADO É BENÉFICA PARA O BIOMA

Nos últimos sete anos, os índios xavantes da aldeia Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, atearam fogo a cerca de 370 mil hectares de cerrado, o equivalente a 83% da reserva federal em que vivem. A maioria das queimadas é provocada intencionalmente para caçar animais que, acuados com as labaredas, se dispersam e caem nas mãos dos caçadores indígenas. A informação sem contexto pode parecer chocante e antiecológica, mas pesquisadores garantem que a prática de queimar grandes áreas de cerrado – adotada por nativos há séculos – é benéfica para o bioma e seus moradores.

Os xavantes, bem como os caiapós, os crahôs e os canelas, usam o fogo para tratar a terra de plantio, para rituais e para promover a 'caçada de fogo'. Nesse evento, realizado pelo menos uma vez por ano, indígenas liderados pelos mais velhos da tribo ateiam fogo a grandes áreas de forma controlada e estratégica. Formam um grande círculo de fogo, que pode se estender por centenas de hectares, e aguardam os animais em fuga. A caça é apresentada em cerimônias como casamentos e ritos de passagem para a vida adulta.

De acordo com estudos recentes, essa tradição cultural não só é inofensiva, como também promove a proteção da vegetação e, por consequência, da fauna. Análises conduzidas por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre imagens de satélite da aldeia Pimentel Barbosa registradas nas últimas quatro décadas mostram que, apesar das queimadas constantes, a terra indígena mantém-se coberta de vegetação e mais bem conservada que a região ao redor, ocupada por fazendeiros. Enquanto a área desmatada na aldeia se manteve estável em 0,6% entre 1973 e 2010, o desmatamento em seu entorno aumentou de 1,5% para 26% durante igual período. As imagens de satélite também revelam que, a partir de 2000, o desmatamento na terra indígena caiu 68%. O número se explica pelas incorporações de latifúndios devastados que passaram a ser dos índios a partir da década de 1980 e foram recuperados.

"Ao analisar os dados, observamos que dentro da terra indígena não existe devastação ambiental", afirma um dos envolvidos no estudo, o biólogo e antropólogo Carlos Coimbra Jr. "As evidências apontam muito fortemente que a estratégia xavante de manejar o ambiente para a própria sobrevivência é muito mais compatível com uma pre-servação de longa duração que as estratégias de tomada de áreas de cerrado por fazendeiros. Fica caro que a caçada de fogo promove a preservação."

Na 'caçada de fogo', tradição cultural dos xavantes, grupos de indígenas promovem queimadas controladas para acuar animais

FOTO: JAMES WELCH

PRESERVAÇÃO ARDENTE Pesquisas dos últimos 20 anos demonstram que, de fato, o fogo pode ter um papel protetor da vegetação em paisagens campestres e de savana, como a maior parte do cerrado brasileiro. A bióloga Vânia Pivello, da Universidade de São Paulo (USP), que estuda a ação do fogo sobre a vegetação, explica que as plantas do cerrado convivem com as chamas, provocadas por raios e por humanos, há milênios. Assim, o bioma se adaptou às queimadas. As árvores têm troncos grossos resistentes ao calor e muitos frutos têm invólucros que protegem as sementes de altas temperaturas.

"Em certas paisagens como as florestas tropicais – por exemplo, a Amazônia –, o fogo é extremamente prejudicial. Mas há vegetações, como a do cerrado, que precisam do fogo para cumprir seu ciclo biológico (promovendo a floração, a produção de frutos e a liberação das sementes) e, por consequência, manter os animais que se alimentam dessas plantas", aponta. "O fogo não é só benéfico, como necessário para o cerrado."

Por ficar muito seca na época da estiagem, a vegetação do cerrado queima com facilidade – não é à toa que a região é campeã de ocorrências de incêndios florestais do país, geralmente iniciados por raios ou queimadas ilegais que saem de controle. Por mais estranho que pareça, para evitar que esses incêndios se alastrem, o melhor aliado é o próprio fogo. Experiências conduzidas por Pivello e colegas mostram que queimadas controladas previnem o avanço de incêndios ao consumir o excesso de matéria orgânica seca acumulada, um combustível poderoso que só espera por uma centelha para deflagrar calamidades. "O fogo pode ser um importante instrumento de manejo da vegetação", diz a pesquisadora. "Áreas intencionalmente queimadas em padrão de mosaico funcionam como barreiras que impedem a expansão de incêndios."

A carne obtida nas 'caçadas de fogo' é compartilhada entre a comunidade indígena em rituais religiosos

FOTO JAMES WELCH

O conhecimento obtido pela pesquisadora em experiências controladas já era de domínio dos indígenas há séculos. Segundo o antropólogo James Welch, da Fiocruz, os xavantes têm pleno domínio do manejo do fogo e sabem do seu papel protetor. "Muitas pessoas acusam a 'caçada de fogo' de ser destrutiva, mas os xavantes sabem o que fazem", diz. "Quando vão promover uma caçada, eles prestam atenção a vários indicadores ambientais que influenciam suas decisões, como a vegetação, o clima, as barreiras naturais do entorno e a época do ano. Em maio, por exemplo, só colocam fogo nos campos abertos que têm muita umidade e queimam apenas o capim que está seco o suficiente. De julho a setembro, no período de seca, eles queimam áreas com vegetação mais alta. Sempre dizem que cada lugar tem seu momento certo de queimar tanto para ter uma caçada bem sucedida quanto para manter o ambiente e poder continuar caçando."

Os xavantes seguem um calendário específico de queimadas e usam técnicas tradicionais para controlar a expansão do fogo. "Geralmente, eles não queimam uma mesma região consecutivamente, esperam em torno de três anos para repetir a caçada em um mesmo ponto", diz Welch. "Além disso, praticam uma queimada de temperatura baixa, que não sobe tanto nas árvores, que se alastra de forma dispersa, queimando como um mosaico, e passa rápido. Esse fogo não destrói plantas, apenas 'limpa' as folhas secas."

O fogo como estratégia de prevenção de incêndios florestais já é usado em parques na Califórnia (EUA) e na Austrália. No Brasil, não existe um programa governamental que adote a tática, mas a ideia do fogo como fator protetor, inadmissível há alguns anos, está mais disseminada nos órgãos de proteção ambiental. "Tivemos por muito tempo a política do fogo zero, que tentava suprimir o uso do fogo e o encarava como deletério", comenta Rodrigo Falleiro, do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). "Mas essa visão tem sido revista. O novo código florestal, por exemplo, já é menos restritivo às queimadas e reconhece a importância do uso do fogo como forma de preservação."

>>>

Brigada indígena combate incêndio na aldeia Myky, no Mato Grosso

FOTO: RODRIGO FALLEIRO

TRADIÇÃO QUE SE APAGA Os bons resultados observados pelo estudo da Fiocruz na aldeia Pimentel Barbosa, não se repetem, no entanto, em todas as aldeias indígenas. De janeiro do ano passado a janeiro deste ano, o sistema de monitoramento de queimadas e incêndios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 7.102 focos de calor em terras indígenas, 3.809 em áreas de cerrado, das quais 2.708 no Mato Grosso, 1.026 no Maranhão e 960 em Tocantins. Muitos deles não se restringiram ao interior das aldeias e se transformaram em incêndios florestais. O maior deles, ocorrido no final do ano passado, queimou mais de 100 mil hectares dentro e ao redor da terra indígena Marãiwatsédé (MT) em São Félix do Araguaia. Nesse caso, além de fogo dos próprios indígenas, a perícia verificou que também houve focos de fogo provocados criminosamente por fazendeiros envolvidos em disputas de terra com os índios.

"Não é raro que ocorra esse tipo de conflito em terras indígenas", diz Falleiro. "Várias aldeias são suscetíveis a fogo criminoso e em muitas, infelizmente, observamos que o conhecimento tradicional do uso do fogo está se perdendo. Hoje, a juventude está mais preocupada em comprar moto do que em manter as tradições, e ocorre o uso errôneo do fogo, em períodos críticos de queimada, por exemplo. Além disso, práticas de manejo de fogo, que há 500 anos funcionavam bem, hoje podem não ter o mesmo efeito positivo dada a mudança do cenário. As terras indígenas, atualmente, são ilhas de vegetação e, dependendo do modo como o fogo se alastra, pode ser bem nocivo."

Para enfrentar os recorrentes problemas com fogo em terras indígenas, o PrevFogo criou no ano passado um programa de brigadas federais, que contrata membros das aldeias para atuar no controle do fogo. Os indígenas interessados passam por um processo seletivo e treinamento, suas aldeias recebem um jipe 4 x 4 e os instrumentos adequados para o combate das chamas. Por enquanto, o programa mantém 18 brigadas indígenas em nove estados.

Segundo Alexandre Pereira, coordenador do PrevFogo no Mato Grosso do Sul, a iniciativa busca promover o combate ao fogo sem prejudicar as práticas tradicionais indígenas. "Não existe nenhum tipo de restrição do uso do fogo em terras indígenas ou proibição por regulamento legal. As práticas tradicionais de manejo do fogo são até incentivadas", diz. "Tentamos entender a forma como eles usam o fogo e casar sua tradição com as técnicas de queimada controlada para que eles possam alcançar o seu objetivo de caça ou de lavoura sem prejudicar o meio ambiente."

Os funcionários do Ibama tentam estabelecer junto com os caciques um calendário de queimadas adequado. São promovidas também oficinas de conscientização com a comunidade. "Eles trabalham com o fogo há muito mais tempo que nós, temos que aliar o que eles sabem ao que nós sabemos", comenta Pereira. "Não podemos impedir suas práticas."

Carlos Coimbra Jr. chama a atenção para a necessidade de se estudar o conhecimento indígena de manejo do fogo. "Temos escassos estudos sobre o cerrado e, principalmente, sobre os conhecimentos locais; poucos fazem esse tipo de estudo com as comunidades nativas", comenta.

Nesse caminho, Falleiro passou um ano estudando o manejo do fogo pelos indígenas das aldeias Irantxe, Myky, Paresi e Nambicuara, no Mato Grosso. Durante o período, ele e uma equipe do PrevFogo tentaram recuperar os conhecimentos tradicionais desses povos e estabelecer propostas de manejo que possam ser reproduzidas em outros locais. Falleiro destaca que essa não é uma tarefa fácil. "Não temos muitos parâmetros, ainda estamos aprendendo a estabelecer um manejo integrado do fogo que leve em consideração o lado socioeconômico e cultural", pondera. "Lutamos para criar uma metodologia, inclusive vamos mandar uma equipe para a Austrália para ver como é feito esse manejo do fogo com as comunidades aborígenes."

Welch lembra que antes de tudo é preciso compreender que os povos indígenas têm uma visão própria de conservação que, apesar de diferente da científica, pode ser incorporada por esta. "Para os indígenas, a noção de conservar o ambiente é totalmente coerente com a ideia de extrair recursos da natureza, de continuar caçando com o fogo em longo prazo. Eles têm sua noção de preservação, que não é a mesma dos biólogos, mas é coerente com ela", observa. "Temos que ver os indígenas como parceiros na conservação."

SOFIA MOUTINHO | *CIÊNCIA HOJE* | RJ